

O Acordo Ortográfico de 1990

Manuela Barros Ferreira. Campo Arqueológico de Mértola

Qualquer crítica - e qualquer defesa - que se baseie sobretudo em chamar nomes aos defensores e aos críticos, não é crítica nem defesa: é mero desabafo, auto-regozijo pela certeza que transborda da alma de cada um. Não vale nada. Por isso não me atrevo a ser contra a adopção do Acordo Ortográfico de 1990 sem apresentar as razões em que me baseio.

Os argumentos que se seguem são de ordem operatória, fonológica, morfológica, de linguística histórica, sociológica, diplomática, económica e de preservação histórica. Há mais, porém fico por aqui.

1. Argumento da pouca eficácia

Segundo um estudo de Maria Regina Rocha, o AO90, em vez de diminuir o número de palavras que se escreviam diferentemente no Portugal e no Brasil, aumentou-o consideravelmente:

2.691 palavras que se escreviam de modo diferente, mantiveram-se diferentes.

1.235 palavras que eram iguais tornaram-se diferentes

Apenas 569 que eram diferentes se tornaram iguais.

200 palavras mudaram apenas em Portugal, dando origem a soluções aberrantes como aceção, conceção. confeção, contraceção, deceção, impercetível... enquanto no Brasil se continua a escrever acepção, concepção, confecção, contracepção, decepção, imperceptível...

(Jornal Público, 19.01.2013. Retomado em <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/categorias/acordo/a-falsa-unidade-ortografica/2772>

2. Argumento de ordem fonológica (reduzindo ao mínimo a linguagem técnica).

Uma das características da língua portuguesa falada em Portugal é a chamada “elevação das vogais átonas”, ou seja: para nós, as vogais “a”, “e” e “o” não têm o mesma pronúncia se estão em posição tónica ou em posição átona. Compare-se o primeiro “a” de “casa” com o de “casinha”: na primeira palavra o “a” é aberto, e na segunda o “a” é fechado. Compare-se o “e” de “mesa” com o de “meseta”: em “mesa” pronunciamos “ê”, em “meseta” o primeiro “e” é mudo. Mesmo que desapareça da fala e digamos mzeta, continuamos a perceber que se trata de “meseta”. Dizemos “tolo” com “ô” mas em “tolice”, o “o” é fechado. Esta regra é bastante geral. Uma das excepções é a palavra “padeiro” que tem o “a”, átono, aberto. As palavras em que tal acontece costumavam, até certa altura, levar um acento grave para indicar que essa vogal era aberta. Hoje ele só subsiste como indicador da junção do artigo “a” com a preposição “a” e com os demonstrativos aquele, aquela, aquilo (“Dei um bolo à Maria”, “Àquele nunca falo”). Em 1971 no Brasil e em 1973 foi eliminado dos advérbios de modo, e assim “sòmente” e “fácilmente” passaram a escrever-se “somente”, “facilmente”. Considerou-se inútil porque “os falantes da língua sabiam como se pronunciavam as palavras”. Foi talvez essa a primeira “facada” que os legisladores da língua deram na transparência que a escrita devia ter para quem o português não era a língua

materna – como era o caso da maior parte dos nativos das colónias de então. Subsistia porém o recurso a letras etimológicas. Nessa altura, um dos papéis desempenhados por essas letras era o de indicar que as vogais que as precediam eram abertas. É o caso de “nocturno”, “espectador”, “tractor”. Sem esse auxílio, a regra inicial (de fechamento da vogal que não tem acento tónico) tende a generalizar-se. É por isso que o AO 1990 induz a que se leia “nuturno” ou, quando muito, “nôtúrno”, “espetador” como um derivado de “espeto”, e “trator” com “â” fechado, coisa que não existe. A experiência já foi feita: tendo sido apresentada para leitura a (nova) palavra “notívago”, as pessoas leram “nutívago”, sem qualquer hesitação.¹ Por conseguinte, a nova grafia induz a modificação da pronúncia das palavras até as tornar irreconhecíveis, e, por conseguinte, inúteis. É uma maneira de empobrecer o vocabulário português.

3. Argumento de ordem morfológica

Há um princípio básico de qualquer ortografia: a coerência morfológica. O AO de 1990, seguindo estritamente a produção fonética (não as regras fonológicas), exige que se escreva “os egípcios são os nativos do Egito”. Conserva-se, e muito bem, o “p” do “egípcio” porque se pronuncia, mas perde-se a ligação gráfica dos egípcios com o nome do país respectivo... Este argumento tem ligação com o seguinte

4. Argumento de linguística histórica

A língua portuguesa é, como todas as línguas naturais, um produto da História. A nossa, maioritariamente originária do latim, para além de uma gramática própria construída *in loco*, tem muitas raízes gregas, muitas achegas vocabulares árabes, remodelações renascentistas, neologismos oriundos de todas as nações por onde passou e dos variadíssimos povos, objectos e ideias que aqui foram chegando através dos séculos. A escrita reflecte essa riqueza.

Sobretudo com o Renascimento, “a nossa linguagem” sofreu um impulso extraordinário. A partir dessa altura foram criadas ou recuperadas numerosas palavras com base no grego e latim. Não falemos nos termos da Botânica, Medicina, Biologia, Química, que não há lugar nem tempo para tamanha empresa. Falemos apenas de um processo: o da criação de palavras derivadas.

Se repararem bem, a coerência morfológica que mencionei acima, é coisa que aparentemente falha: as palavras derivadas muitas vezes diferem daquela que lhes deram origem. Por exemplo, “lunar” e “luneta” não derivam de “lua”; “pedal” não deriva de “pé”; “lacticínio” não deriva de “leite”; “nocturno” não deriva de “noite”. Todas estas (e tantas, tantas outras...) palavras foram criadas, não a partir da palavra portuguesa (que sofreu todas as evoluções que o uso, desde os romanos, imprimiu à raiz latina), mas sim directamente a partir do étimo latino, recuperado por pessoas eruditas: “luna-”, “pede-”, “lacte-”, “nocte-”. Uma coisa é o ter-se a pronúncia do latim transformado por via popular, através dos séculos (perdendo o “-n-” e outras consoantes sonoras intervocálicas, transformando “-ct” em “-it”, etc.) outra coisa é criar-se uma palavra nova, aproveitando, reciclando um étimo já longínquo para fazer frente às novas necessidades de

¹ Informação de Amália Andrade.

vocabulário. As nossas palavras derivadas, na sua grande maioria, relacionam-se directamente com o étimo latino da palavra de base. Elas fazem parte, tal como as demais, do património da língua, pois trazem uma dupla marca de origem: social (erudita) e temporal (tardia). Essas marcas não nos ligam apenas ao passado, mas também ao circuito internacional das línguas: basta comparar algumas destas palavras com os seus correspondentes espanhóis, franceses, romenos e mesmo ingleses para se ver como essa ligação a um longínquo étimo tem sido conservada: esp. *Actividad*, fr. *Activité*, rom. *Activitate*, ing. *Activity*.

5. Argumento educativo

Como ensinar a uma criança que “soturno” se lê com “o” fechado, pronunciado “u” na maior parte do país, e a palavra “noturno” se lê com “o” aberto”? A resposta é fácil: não se lhes ensina a palavra “soturno” e fica o caso arrumado. Se porventura o avô usar “coturnos”, ora, o problema é dele. Que use meias, para não atrapalhar as pronúncias.

Como ensinar a uma criança que da palavra “noite” se formou “noitada”, mas que “noiturno” e “noitívago” não existem, o que existe para o AO-90 é “noturno” e “notívago”?

Não seria mais fácil dizer-lhes que estas últimas se escrevem com “ct” por serem palavras entradas na língua por via erudita e não por via popular? E que, se elas, crianças, comeram papa “láctea”, esta é outra palavra também erudita, tal como “lacticínios” ?

6. Argumento sociológico

Por volta de 1990 já existiam duas principais formas de escrever em Portugal: a norma de 1945, muito bem destrinchada e explicada em Prontuários Ortográficos; e uma “norma” difusa, sempre em reconstrução e evolução - a das mensagens juvenis - caracterizada pela simplicidade extrema, minimalista, com consoantes isoladas representando palavras, sem pontuação, nem cedilhas, nem tildes. Esta tendência não fez senão acentuar-se com a generalização do uso electrónico. É nesta escrita dicotómica que se insere uma terceira norma, a do AO 90. Os defensores da norma de 45 agredem verbalmente os defensoras da 90 e vice-versa. E os jovens? Alguns são prejudicados nas notas por escreverem à antiga algumas palavras-ratoeira; outros são menosprezados porque escrevem à sua, deles, moda; e os que escrevem “à moderna” deixam de respeitar as edições existentes na biblioteca da sua escola e inclusive invocam o pretexto da “confusão gráfica” para deixarem completamente de ler. Se o AO 90 não é um erro sociológico, não sei o que será.

7. Argumento diplomático

O Acordo Ortográfico 1990 tinha-se proposto unificar a escrita de todos os países de língua oficial portuguesa. Este objectivo não foi conseguido. Portugal impôs unilateralmente uma grafia que não tem o acordo de todos .

O A090 foi feito, essencialmente, para aumentar as vendas de livros portugueses no Brasil. Para isso pretendia unificar a escrita. Não unificou. Temos, por exemplo, acentos agudos onde os brasileiros têm acentos circunflexos

(fenómeno /fenômeno), o que corresponde a diferenças de pronúncia; e eliminamos o “c” e o “p” que são pronunciados em palavras brasileiras e não o são nas correspondentes portuguesas. Por exemplo, no Brasil: respectivo, perspectiva, recepção; em Portugal, segundo o AO: respetivo, perspetiva, receção – embora os “e” destas palavras não se pronunciem como os de “repetido”, “recessão”.

O Brasil adiou para 2016 a assinatura. A história dos acordos tentados durante todo o século XX demonstrou à saciedade que os brasileiros sempre escreveram como bem entendiam e melhor lhes parecia.

Angola e Moçambique não assinaram o AO 90 (o que me parece um grande exemplo de bom senso, sobretudo se tivermos em conta o argumento que se segue). A opinião destes países de língua oficial portuguesa devia ser ponderada e tida em conta pelas autoridades portuguesas.

8. Argumento económico

O que será economicamente mais recomendável?

- Adotar como obrigatório o AO 90 em nome de futuras vendas de futuros livros, eliminando as bibliotecas existentes?
- Ou manter a escrita de 1945, com toda o enorme acervo literário e científico que produziu?

Leiamos as palavras da escritora moçambicana Paulina Chiziene:

“Quantos dicionários Moçambique terá de comprar de novo? Quantos livros terá de mandar reescrever? Quantos livros de escola terão de ser refeitos, em nome de um acordo ortográfico? Será que vale a pena sacrificar tanto dinheiro dos pobres só para tirar um “c” e um “p” do que está escrito? [...] Penso que é um capricho tão desnecessário quanto caro”. [in (Jornal Público, 19.01.2013.

Retomado em <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/categorias/acordo/a-falsa-unidade-ortografica/2772>

9. Argumento da preservação da História

É natural que uma língua que se começou a escrever há relativamente pouco tempo – o galego, no século XIX, ou o mirandês, no fim do século XX – não tenham qualquer obrigação de respeitar formas neológicas que os portugueses inventaram no fim da Idade Média e séculos seguintes. Porém a mim parece-me que todos nós, portugueses, que temos uma língua escrita desde, pelo menos, D. Afonso II, temos obrigação de manter, quando existem, as marcas históricas das palavras.

Ao modificar a escrita, com base numa (suposta) maior facilidade da sua aprendizagem, estabeleceu-se uma enorme confusão nessa mesma escrita e perdeu-se a possibilidade de jovens e menos jovens compreenderem os mecanismos de formação de palavras. Perdeu-se o nexo entre elas.

Para terminar:

A grafia portuguesa já, em tempos, renunciou a algumas marcas histórias: o “ph” e o “ll”, por exemplo, que eram, de facto desnecessárias. Porém o AO90 vai longe

demais, ao afectar de modo evidente a leitura das vogais não acentuadas e a conexão lógica que existe dentro de cada paradigma vocabular.

E outra coisa deve ser tida em conta: ao renunciar de modo cego às marcas históricas, a aprovação deste “acordo” insere-se num movimento geral, mundial, de apagamento da memória e de negação da História. Terrível movimento, que cada dia se torna mais evidente e que vai deixar sem raízes, sem passado, uma série de povos, se não a maioria. E que já está deixando o mundo à deriva, presa dócil de todas as tiranias.

Admiramo-nos do modo como estão sendo destruídos monumentos, museus, cidades, inúmeras etnias. Esse desrespeito, esse crime, que hoje nos parece abrupto, começou devagar, por coisas aparentemente insignificantes.

É inelutável? Será?